Insurgência, consciência negra e acesso ao ensino superior: a experiência dos Quilombos Educacionais

Gabriel Swahili Sales de Almeida:
Doutor em Educação (UFBA), Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, + 55 71 3283 7208, swahili@ufba.br

Wesley da Ressurreição Conceição
Pedagogo (UFBA), Mestrando em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia: Email: wesressur@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo traçar um panorama dos Quilombos Educacionais na Bahia, isto é, cursos preparatórios para ingresso no ensino superior, cujo público prioritário é a juventude negra oriunda de escola pública. Existentes desde a década de 1990, essas organizações negras, antes mesmo da aprovação das leis de ações afirmativas, promovem o ensino das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras e lutam pela democratização das universidades no Brasil. Como resultado, identificamos que estes cursos preparatórios se diferenciam dos demais pela sua emergência na luta negra e predominância da chamada práxis pedagógica antirracista baseada na educação para as relações étnico-raciais.

Palavras-chave

Quilombo Educacional, Curso pré-vestibular, Ensino Superior, Movimento Negro

1. Abrindo os caminhos

A educação sempre foi uma das principais trincheiras de luta política para o Movimento Negro no Brasil. Antes mesmo da abolição da escravidão no Brasil, lideranças negras já entendiam que a educação era um instrumento importante de insurgência. Há relatos de que Cosme Bento das Chagas (Negro Cosme), uma das lideranças do Quilombo da Fazenda Lagoa Amarela, situado no Estado do Maranhão, chegou a criar uma escola de primeiras letras para os quilombolas, ainda no final da década de 1830 (Cruz, 2005). Negro Cosme também foi um dos líderes

 · Licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Compartir igual

do levante popular conhecido como Balaiada.

A partir de maio de 1888, ano da abolição formal do sistema escravagista no Brasil, outras iniciativas educacionais negras surgiram. É o caso da Sociedade Beneficente Luiz Gama, fundada em São Paulo menos de uma semana após a abolição. Segundo Cleber Maciel (1985), o colégio mantido por essa instituição, além das aulas para jovens durante o dia, oferecia cursos noturnos para estudantes que trabalhavam. Além dessa, existem registros de outras iniciativas negras semelhantes nas décadas que sucederam a abolição[1], como, por exemplo, as iniciativas da Frente Negra Brasileira, do Teatro Experimental do Negro, entre outras. O Teatro Experimental do Negro (TEN), que teve como um dos fundadores Abdias Nascimento, promoveu em 1945 a Convenção Nacional do Negro Brasileiro, e dessa convenção saiu o Manifesto à Nação Brasileira, cujo uma das reivindicações era: “a admissão de gente negra para a educação secundária e superior e a formulação de uma lei antidiscriminatória acompanhada com medidas concretas para impedir que constituísse somente uma proclamação jurídica, vazia e sem sentido” (Nascimento *apud* Cardoso, 2010, p. 58).

O Movimento Negro sabia que a educação é uma das principais formas de emancipação social, mas que não bastava simplesmente o acesso aos sistemas educacionais, considerando que o currículo escolar brasileiro é demasiadamente eurocêntrico. Em vista disso, além da ampliação do acesso aos diferentes níveis educacionais, a militância negra tem, ao longo dos anos, reivindicado também a inclusão do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da educação básica e do ensino superior.

Uma iniciativa pouco comentada, mas que merece destaque é a da *Pedagogia Interétnica*, proposta pelo Núcleo Cultural Afro-Brasileiro de Salvador (NCAB). A proposta da Pedagogia Interétnica surgiu em Salvador no ano de 1978, resultado de uma pesquisa sobre relações raciais conduzida pelo NCAB em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Um dos coordenadores da pesquisa e também um dos fundadores do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, o sociólogo Manoel de Almeida Cruz conta que a Pedagogia Interétnica:

se baseia na concepção de uma linguagem total e pretende utilizar os meios de comunicação social, o teatro, palestras, debates nas escolas e comunidades, a fim de explicar as causas e os efeitos negativos do preconceito racial, do racismo e do etnocentrismo e, assim, criar uma nova escola que prestigie os valores culturais dos

grupos étnicos dominados.

(Cruz, 1987, p.74)

A *Pedagogia Interétnica* contemplava não só as temáticas negras, como também as temáticas indígenas. Além disso, a proposta era abrangente, pois não se restringia à mudança do currículo dentro dos muros da escola, mas envolvia o diálogo com a comunidade, e com as artes. Infelizmente, a proposta não chegou a ser incorporada pelo sistema oficial de ensino de maneira mais ampla.

Em 1983, o então deputado federal Abdias Nascimento (Partido Democrático Trabalhista), um dos mais proeminentes intelectuais e militante negro, propôs o Projeto de Lei nº 1.332/83 que provavelmente foi uma das primeiras propostas legislativas de implementar políticas públicas de ações afirmativas no âmbito federal[2]. Nesse projeto, além de prever a criação de reserva de vagas para pessoas negras no serviço público e no ensino superior, previa-se também a inclusão do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todos os níveis da educação. Importante destacar que o projeto de lei estabelecia a necessidade de envolvimento de entidades e intelectuais negras e negros engajados na formulação e execução da política, relatórios anuais e a indicação das fontes de recursos para implementação das medidas. No entanto, o projeto foi arquivado em 1989 sem ao menos ter sido votado pelo plenário da casa.

Dois anos depois, em 25 de abril de 1985, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia publicou a portaria nº 6.068, que estabelecia a inclusão do componente curricular *Introdução aos Estudos Africanos* nos currículos das escolas de 1º e 2º grau, públicas e privadas. A publicação dessa portaria foi fruto da luta de entidades do Movimento Negro na Bahia, como o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, os blocos afros e afoxés, o Movimento Negro Unificado (MNU) e os terreiros de candomblé. Segundo Arany Santana:

Os efeitos positivos das letras das músicas dos blocos afros da época, que tinham o firme propósito de combater o racismo, descortinar os heróis e heroínas da resistência negra, desconstruir os equívocos e estereótipos nos livros didáticos, firmar o padrão da beleza negra, contar a história da África (seus reinos, impérios, suas riquezas), valorizar e salvaguardar as religiões de matrizes africanas. Tudo isso encorajou o Ilê Aiyê, o Movimento Negro Unificado, os terreiros de Candomblé a

 · Licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Compartir igual

solicitarem da Universidade Federal da Bahia, do Governo do Estado, da Universidade do Estado da Bahia, a inserção da temática africana e afro-brasileira nos currículos das escolas públicas e privadas dos 1° e 2° graus, na ocasião.

(Santana, 2014, p. 250)

Anos depois, em 2003, finalmente foi sancionada, pelo governo do então presidente Lula, a Lei Federal nº 10.639/03, que tornou obrigatório em todo território brasileiro o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na educação básica. Passados alguns anos, em 2012, foi aprovada a Lei Federal nº 12.711/12, conhecida como a "lei de cotas", que estabeleceu a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e estudantes negros e negras nas instituições federais de ensino. O breve histórico que fizemos mostra que as sanções dessas leis não foram atos de benesse do governo brasileiro, e sim o resultado de anos de luta e engajamento político do Movimento Negro no Brasil. O traçado dessa linha do tempo se faz necessário para que possamos compreender o contexto de surgimento e a importância dos Quilombos Educacionais.

2. O Movimento dos Quilombos Educacionais da Bahia

O surgimento dos QEs, Quilombos Educacionais, está intrinsecamente ligado ao engajamento do Movimento Negro e sua luta em defesa da chamada educação para as relações étnico-raciais. Em 1989, aconteceu em Brasília o 40º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Ali reunidos, algumas/alguns estudantes negras e negros começaram a idealizar o 1º Seminário Nacional de Estudantes Negros Universitários – o SENUN – que viria a ser realizado quatro anos depois, entre os dias 03 e 07 de setembro de 1993 na cidade de Salvador, com o tema: "A universidade que o povo negro quer".

Durante as suas vivências universitárias em Salvador, e na participação do Congresso da UNE, a juventude negra constatou que o número de estudantes negros e negras era ínfimo em relação ao total de estudantes do ensino superior. A partir disso, tiveram a ideia de criar um curso pré-vestibular para a juventude negra. É no contexto de organização do SENUN que, em 31 de julho de 1992, foi fundada em Salvador a Cooperativa Educacional Steve Biko, hoje Instituto Cultural Beneficente Steve Biko. O nome é uma homenagem a Steve Biko (Stephen Bantu Biko), um dos principais líderes e ativistas da luta contra o apartheid na África do Sul, e criador do Movimento da Consciência Negra.

A Biko, como ficou carinhosamente conhecida, é o primeiro curso pré-vestibular voltado especificamente para a comunidade negra que se tem notícia em todo o Brasil, tornando-se assim o primeiro Quilombo Educacional. Mas o que são Quilombos Educacionais?

“Quilombos Educacionais” é a forma como são conhecidos na Bahia (sobretudo em Salvador), os cursos pré-vestibulares sociais voltados para estudantes negros e negras. Além da especificidade do público, o que diferencia um Quilombo Educacional dos demais cursos pré-vestibulares populares/comunitários é a intencionalidade política. O objetivo de um Quilombo Educacional não se resume somente à aprovação dos seus e das suas estudantes no vestibular. Essas organizações prezam pela chamada formação antirracista, através de um currículo que privilegie o ensino das histórias e culturas africanas e afrodiaspóricas. Por conta disso, existem nos Quilombos Educacionais, além das matérias tradicionais, um componente curricular obrigatório – Cidadania e Consciência Negra – mais conhecido como CCN, que pode aparecer tanto como uma matéria a parte (o que é mais comum), ou ter sua discussão diluída por todo o currículo (Conceição, 2019).

Nas aulas de CCN concentram-se as discussões sobre relações étnico-raciais, combate ao racismo, e histórias e culturas africanas e afro-brasileiras. No entanto, cabem a todas as matérias de um Quilombo Educacional, sejam elas da área de linguagens, ciências humanas, ciências da natureza ou matemática, contemplar os saberes e fazeres dos povos negros e indígenas.

Por essa razão, podemos considerar os Quilombos Educacionais como instituições pioneiras no ensino da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). Antes mesmo da aprovação da Lei nº 10.639 de 2003, os Quilombos Educacionais já promoviam uma política de reparação social e o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Antes mesmo da promulgação da lei de cotas em 2012, os Quilombos Educacionais já reivindicavam a reserva de vagas para estudantes negras e negros, tendo inclusive participação ativa na implementação da política de cotas na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que em 2002 se tornou a segunda universidade brasileira a estabelecer cotas para estudantes negros e negras. Nesse sentido, concordamos com Nilma Lino Gomes (2017, p. 16-17) quando ela afirma que:

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam

como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento.

Complementando, podemos afirmar que muitas, se não todas, as políticas públicas de ações afirmativas que beneficiaram o povo negro neste país foram frutos da atuação e da luta do Movimento Negro.

Como foi dito anteriormente, o primeiro Quilombo Educacional é o **Instituto Steve Biko**, fundado em Salvador no ano de 1992, hoje com 31 anos de existência. Influenciado por ele, outros Quilombos Educacionais foram sendo criados. Em 1999 foi criado o **Curso Popular de Pré-Vestibular Quilombo do Orobu**, em Cajazeiras V, bairro periférico de Salvador.

No ano de 2001 já existiam muitos outros Quilombos Educacionais: o **Centro de Cultura, Orientação e Estudos Quilombo** (COEQUILOMBO), fundado em 1999 no bairro de Plataforma; o **Curso Milton Santos** no bairro do IAPI; o **Quilombo Educacional Santa Bakhita** no bairro de Sussuarana; o **Curso Alternativo Santa Terezinha**; e o **Quilombo Asantewaa**, no bairro da Federação. Todos esses, bairros periféricos de Salvador. Em 2001 já existia também o **Curso Dom Climério**, situado no município baiano de Vitória da Conquista, e o **Curso de Cruz das Almas**, outro município baiano. Juntos, todos esses Quilombos Educacionais supracitados fundaram o Fórum dos Quilombos Educacionais da Bahia (FOQUIBA), do qual falaremos mais adiante.

No ano de 2003 foi criado o pré-vestibular do **Quilombo Cabula**, inicialmente na comunidade de Engomadeira e, posteriormente, também com um núcleo na Mata Escura. Em 2004 foi fundado o **Pré-Vestibular Semear**, no bairro do São Gonçalo do Retiro em Salvador. Em 2006 foi fundado o **Quilombo Ilha**, em Vera Cruz, na Ilha de Itaparica. Em 2007, além dos já citados, temos registros do **Quilombo Cabricultura**, no bairro do Cabrito de Baixo; **Quilombo MARV**, situado no bairro de Itinga no município de Lauro de Freitas; **Pré-Vestibular Irmãos Emaús**, no bairro da Boa Viagem; e o **Quilombo de Ilha de Maré**, situado na Ilha de Maré, pertencente ao município de Salvador. Em 2008 foi fundado o **Pré-Vestibular Quilombola de Vitória da Conquista**, no município de Vitória da Conquista.

Quase dez anos depois, foi fundado em 2016 o **Pré-Vestibular Social Quilombo Amigos do Bem**, no bairro de Plataforma. Em 2017 foram fundados o **Quilombo Educacional Vilma Reis**, que funcionava na Faculdade de Educação da UFBA e atualmente funciona na Faculdade de Economia da UFBA, na Praça da Piedade em Salvador (embora esteja alocado na UFBA, o projeto é independente e não tem vínculo institucional com a universidade); e o **Quilombo Educacional Kabengele Munanga** no município de Cachoeira. Em 2018 foi a vez da fundação do **Quilombo Educacional Onnim**, também em Cachoeira-BA. Em 2020 foi fundado em Salvador o **Quilombo Educacional Gbesa**, cujas aulas são online; e o pré-vestibular do **Instituto Comunitário Princesa Anastácia**, no bairro de São Caetano. E por fim, o **Pré-Vestibular Ana Santos**, fundado em 2021 e situado no bairro do Nordeste de Amaralina.

Ao longo de mais de 31 anos de história dos Quilombos Educacionais (1992-2023), temos conhecimento da existência de pelo menos 22 organizações na Bahia. Dessas, apenas cinco ainda se encontram em funcionamento: o Instituto Steve Biko[3], no bairro do Santo Antônio Além do Carmo; o Quilombo do Orobu[4] no bairro de Cajazeiras V; o Quilombo Ilha[5], na Ilha de Vera Cruz; o Quilombo Educacional Vilma Reis[6], na Faculdade de Economia da UFBA; e o Quilombo Educacional Gbesa[7], com aulas online. Acreditamos que o desaparecimento dos demais cursos se deve às dificuldades de manter uma instituição com o perfil dos Quilombos Educacionais. São vários os fatores que contribuíram para esse desaparecimento: com exceção do Instituto Steve Biko, nenhum dos outros quilombos possuíam ou possuem sede própria. Muitos funcionavam e/ou funcionam em espaços cedidos pela Igreja Católica. Isso porque muitos desses cursos foram promovidos ou apoiados pela Pastoral Afro-Brasileira da Igreja Católica. Mas suas permanências nesses espaços dependiam da boa vontade dos padres: um padre cedia o espaço em uma época, mas outro padre que chegasse depois poderia solicitar a devolução do espaço.

Outro fator que contribuiu para o desaparecimento de alguns cursos foi a disponibilidade das professoras e professores. Os e as docentes dos Quilombos Educacionais são voluntárias e voluntários. O trabalho nos Quilombos Educacionais geralmente é desenvolvido por pessoas engajadas na militância negra. O desafio para muitas professoras e professores é conseguir conciliar o emprego em outras instituições, os estudos (quando ainda são estudantes universitários), e o trabalho docente nos Quilombos Educacionais. Por mais que haja vontade, as vezes as questões estruturais e materiais impossibilitam a permanência. Esses dois fatores –

 · Licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Compartir igual

a falta de espaço próprio para as aulas e a instabilidade do corpo docente – são as principais causas da extinção de muitos Quilombos Educacionais. Cabe ressaltar que essas instituições oferecem o pré-vestibular gratuitamente ou cobrando valores muito abaixo dos praticados pelo mercado.

Em outros estados brasileiros existem cursos pré-vestibulares com características semelhantes à de um Quilombo Educacional. É o caso do Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes, fundado em 1993 e o EDUCAFRO em 1997, ambos no estado do Rio de Janeiro. Os dois cursos também demonstram preocupação com a formação política da juventude e debatem as questões raciais no currículo. Em relação ao EDUCAFRO, uma curiosidade é que assim como muitos QE de Salvador, também possui vínculo com a Igreja Católica. A diferença entre esses cursos em outros estados e na Bahia é que somente em solo baiano eles ficaram conhecidos como Quilombos Educacionais.

3. O Fórum dos Quilombos Educacionais da Bahia – FOQUIBA

O Fórum dos Quilombos Educacionais da Bahia, o FOQUIBA, foi fundado em Salvador no dia 21 de outubro de 2001, a partir da articulação entre nove Quilombos Educacionais, sendo sete deles de Salvador, e dois de municípios do interior da Bahia. A ideia de fundação do FOQUIBA surgiu a partir de uma das propostas de encaminhamento aprovadas em assembleia realizada no Seminário Educacional para a Comunidade Negra, promovido pelo Centro Arquidiocesano de Articulação da Pastoral Afro (CAAPA), realizado em 2001. O objetivo da realização deste seminário era discutir o cenário educacional baiano, sobretudo no que se refere ao ingresso e a permanência da comunidade negra no ensino superior. Além dos nove Quilombos Educacionais citados anteriormente, participaram desse seminário a Escola Eugenia Anna dos Santos, fundada em 1978, que até os dias atuais funciona dentro do terreiro de candomblé Ilê Axé Opô Afonjá, no bairro do São Gonçalo do Retiro, e o Instituto CEAFRO (Estudo e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero), fundado em 1995 e vinculado ao Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO-UFBA). Destacamos o pioneirismo da Escola Eugenia Anna dos Santos e do seu projeto político-pedagógico (PPP) intitulado *Irê Ayó[8]* e criado pela pesquisadora Vanda Machado, no que se refere ao ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em Salvador. Tanto a Escola Eugenia Anna dos Santos como o CEAFRO apoiaram o FOQUIBA, mas não chegaram a compor o Fórum.

O FOQUIBA foi responsável pelo fortalecimento dos Quilombos Educacionais, que

 · Licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Compartir igual

passaram a atuar em rede a partir da sua criação, mas mantendo a autonomia administrativa e pedagógica de cada QE. O Fórum passou a fazer a interlocução entre os Quilombos Educacionais e as demais instituições, sejam elas públicas ou privadas. Através do FOQUIBA, por exemplo, os Quilombos Educacionais receberam apoio, nos anos de 2004 e 2005, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) vinculada ao Ministério da Educação, que promoveu o Programa de Diversidade na Universidade, programa que apoiava Projetos Inovadores de Cursos. Além disso, o FOQUIBA integrou o Conselho Municipal de Educação da cidade de Salvador, atuou no Fórum Permanente de discussão Étnico-Racial da Secretaria de Educação da Bahia, já teve assento no Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN), órgão ligado à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) do estado da Bahia.

Entre os anos de 2007 e 2010, o FOQUIBA teve um projeto financiado pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), através do Programa de Apoio Estratégico (PAE). Durante esse projeto, o FOQUIBA promoveu formações de professoras e professores dos Quilombos Educacionais, construiu módulos de conteúdos dos pré-vestibulares com enfoque nas questões de raça e gênero e encontros entre docentes, discentes e a comunidade em geral. O FOQUIBA também teve papel decisivo na adoção da política de cotas nas universidades baianas, e na isenção do pagamento da taxa de inscrição do vestibular para os estudantes de escolas públicas.

Embora não se saiba ao certo quando os cursos pré-vestibulares para negros passaram a se autodenominar “quilombos educacionais”, sem dúvidas, foi por conta do FOQUIBA que a nomenclatura se popularizou. E a escolha pelo uso do termo “quilombo” já evidencia o caráter insurgente desse movimento. Historicamente, os quilombos se constituíram enquanto o mais radical empreendimento contra o colonialismo e o sistema escravagista. Diante de toda a violência, perversidade e desumanização perpetrada pelo sistema colonial e pelo racismo, o quilombo é, não só um lugar de refúgio, mas também de fortalecimento, preservação da ancestralidade, prática espiritual e de contra-ataque. De acordo com Clóvis Moura (2001), durante a vigência do sistema escravocrata, era somente no quilombo que o negro e a negra adquiriam a cidadania. Ainda segundo Moura:

A terra, o espaço quilombola, é um reduto livre que também nega o sistema de propriedade escravista. […] O território quilombola é também uma negação dialética do tipo de propriedade legal no escravismo. A mesma coisa podemos dizer

do ponto de vista político. O quilombo é um reduto que expressa a sua radicalidade através da formação de um outro poder: o Poder quilombola. Somente assim o quilombo poderá ser governado. Socialmente o quilombo também é uma expressão de radicalidade. Ele não reproduz o tipo de propriedade, família e distribuição de renda de acordo com o sistema escravista. Pelo contrário. Economicamente o seu sistema de trabalho, executado por homens livres é outra negação ao trabalho escravo praticado nos engenhos, nos latifúndios e fazendas. Além disto, é também uma negação à monocultura de exportação, produzindo uma policultura para o consumo. Em todos os níveis da sua estrutura, portanto, o quilombo expressa essa radicalidade de negação à ordem social escravista, suas instituições e valores.

(2001, p. 106, grifos do autor)

O Quilombo dos Palmares (séculos XVI e XVII), o maior quilombo que se tem notícias e que se localizava na região que hoje compreende o estado do Alagoas, sem dúvidas é a maior referência para a militância negra brasileira. Com o fim da escravidão no Brasil, em 1888, a ideia de quilombo é ressignificada. E os dois principais teóricos que vão trabalhar com o conceito contemporâneo de quilombo são Abdias Nascimento e Beatriz Nascimento. Para Beatriz Nascimento (2005, p. 124):

Quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade. Passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural. Tudo, de atitude à associação, seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra.

Durante sua trajetória o quilombo serve de símbolo que abrange conotações de resistência étnica e política. Como instituição guarda características singulares do seu modelo africano. Como prática política apregoa ideais de emancipação de cunho liberal que a qualquer momento de crise da nacionalidade brasileira corrige distorções impostas pelos poderes dominantes.

Como dissemos, os cursos pré-vestibulares para negros e negras buscam não apenas o ingresso do povo negro nas universidades. Eles também promovem “maior valorização da herança negra” e “corrigem distorções impostas pelos poderes dominantes” (Nascimento, Beatriz, 2005), através da educação.

Justamente por isso eles são Quilombos Educacionais. Ora, ao longo desses mais de trinta anos de trajetória, os Quilombos Educacionais têm ajudado a ampliar o número de estudantes negras e negros no ensino superior e, consequentemente, nas profissões e postos de trabalho. Eles, antes mesmo do Estado, têm promovido políticas de inclusão social e ações afirmativas. E partindo dessa premissa, podemos considerar também outras organizações negras ligadas direta ou indiretamente à educação, ainda que não sejam cursos pré-vestibulares, como Quilombos Educacionais. Tomando a cidade de Salvador como exemplo, podemos dizer que são também Quilombos Educacionais instituições como a Escola Eugênia Anna dos Santos, a Escola Mãe Hilda Jitolu[9], a Escola Olodum[10], a Escola Comunitária Maria Gregória dos Santos[11], o Instituto Oyá[12], e os blocos afros e afoxés que, por meio de suas músicas, educam gerações de negras e negros. Essas organizações promovem o que Abdias Nascimento (2009, p. 203) chama de *quilombismo*:

O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso, facilitando sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também podiam assumir modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente, todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante em sua sustentação. Genuínos focos de resistência física e cultural.

É inspirado pelos ideais do quilombismo que os Quilombos Educacionais têm resistido ao longo de mais de três décadas. Ainda que o cenário tenha mudado nos últimos anos, e o quantitativo de estudantes negros e negras tenha aumentado nas universidades, o número ainda está longe do ideal, sobretudo nos cursos que gozam de maior prestígio social, como direito, as engenharias, medicina, odontologia, arquitetura e administração. Nos cursos de pós-graduação o cenário é ainda mais embranquecido, embora o número de estudantes negros e negras também tenha aumentado nos últimos anos.

Mesmo com todas as dificuldades estruturais (falta de sede própria) e financeiras (financiamentos só ocorreram em momentos pontuais, como mostramos acima), os Quilombos Educacionais seguem se reinventando. Mantendo-se apenas com a boa

vontade e os ideais das pessoas que os compõem, ou com as baixas taxas cobradas aos estudantes, essas organizações de utilidade pública e de relevância social seguem fazendo história e dando exemplo ao Estado Brasileiro de que é sim possível promover aquilo que entendem como uma educação antirracista, que contemple os saberes e fazeres de origem africana no contexto brasileiro.

Referências

Cardoso, Nádia Maria. (2010). *Instituto Steve Biko: juventude negra mobilizando-se por políticas de afirmação dos negros no ensino superior*. 246f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

Conceição, Wesley da R. (2019). *"Se Palmares não vive mais, faremos Palmares de novo": o Movimento dos Quilombos Educacionais em Salvador-BA*. 74f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Cruz, Manoel de Almeida. (1987). Pedagogia interétnica. *Cadernos de Pesquisa*, (63), 74-76. Recuperado em 22 de abril de 2023, de http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741987000400015&lng=pt&tlng=pt.

Cruz, Mariléia. (2005). Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: Romão, Jeruse (org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Domingues, Petrônio. (2008). Um «templo de luz»: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira De Educação*, *13*(39), 517–534. https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300008.

Fonseca, Marcos Vinicius. (2000). A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição do trabalho escravo no Brasil. *Educação em Revista*, (número especial), 95-122. Recuperado em 21 de abril de 2023, de http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982000000200006&lng=pt&tlng=pt.

 · Licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Compartir igual

06&lng=es&tlng=pt.

Gomes, Nilma Lino. (2017). *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes.

Machado, Vanda. (2019). *Irê Ayó: uma epistemologia afro-brasileira*. Salvador: EDUFBA.

Maciel, Cleber da Silva. (1985). *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926): alguns aspectos*. 188 f. Dissertação (mestrado)-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1574563. Acesso em: 21 abr. 2023.

Moura, Clóvis. (2001). A quilombagem como expressão de protesto radical. In Moura, Clóvis (org.). *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, pp. 103-115.

Nascimento, Abdias. (2009). Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. In: Nascimento, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, pp. 197-218.

Nascimento, Beatriz. (2005). O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: Ratts, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, pp. 117-127.

Passos, Maria Clara Araújo dos, & Pinheiro, Bárbara Carine Soares. (2021). Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018-2020). *Cadernos De Gênero E Diversidade*, *7*(1), 118–135. https://doi.org/10.9771/cgd.v7i1.43442.

Santana, Arany. (2014). Educação no Ilê Aiyê – 40 anos. In: Jaime Sodré [et al]. *Ilê Aiyê*: *40 anos*. Salvador: Neoplan.

Santos, Aurelieuza Nascimento. (2020). *Escola Mãe Hilda: território insurgente da pedagogia da ancestralidade antirracista*. (Dissertação) Mestrado em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia. 211f. Salvador-BA.

Santos, Paulo Roberto de Souza. (2018). *História e ousadia, resistência na periferia: o caso do Quilombo educacional do Orobu.* Dissertação (Mestrado em Educação e

Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia. 108f. Salvador-BA.

Notas

[1] Ver: Domingues, Petrônio (2008). *Um «templo de luz»: Frente Negra Brasileira (1931-1937)*.

[2] Sobre o Projeto de Lei nº1.332/83, ver:

http://www.abdias.com.br/atuacao_parlamentar/atuacao_parlamentar.htm

[3] Sobre o Instituto Steve Biko, ver: Cardoso, Nádia Maria. (2010). *Instituto Steve Biko: juventude negra mobilizando-se por políticas de afirmação dos negros no ensino superior*.

[4] Sobre o Quilombo do Orobu, ver: Santos, Paulo Roberto. (2018). *História e ousadia, resistência na periferia: o caso do Quilombo educacional do Orobu*..

[5] Sobre o Instituto Quilombo Ilha, ver: https://quilomboilha.org.br/?page_id=20.

[6] Sobre o Quilombo Educacional Vilma Reis, ver: https://quilomboeduvilmareis.wixsite.com/prevestvilmareis/about-us.

[7] Sobre o Quilombo Educacional Gbesa, ver: https://www.quilomboeducacionalgbesa.com.br/o-quilombo.

[8] Sobre o Projeto Irê Ayó, ver: Machado, Vanda. (2019). *Irê Ayó: uma epistemologia afro-brasileira*.

[9] Sobre a Escola Mãe Hilda Jitolu, ver: Santos, Aurelielza. (2020). *Escola Mãe Hilda:*

território insurgente da pedagogia da ancestralidade antirracista.

[10] Sobre a Escola Olodum, ver: http://blogescolaolodum.wilivro.com.br/index.html@page_id=4.html.

[11] Sobre a Escola Comunitária Maria Gregória dos Santos ver: https://betemel2.wixsite.com/escolamariagregoria/about-us.

[12] Sobre o Instituto Oyá, ver: https://institutooya.org/web/o-instituto/.